



## **Regulamento Eleitoral da Cooperativa de Crédito Mútuo do Ceará**

**Sicoob Ceará**

### **REGULAMENTO ELEITORAL**

#### **TÍTULO I DO OBJETIVO**

**Art. 1º** Este Regulamento Eleitoral tem como objetivo disciplinar a organização e a condução do processo eleitoral para preenchimento dos cargos do Conselho de Administração do Sicoob Ceará, de forma a complementar ao Estatuto Social e em consonância à legislação e regulamentação em vigor.

#### **TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO GERAL DO PROCESSO ELEITORAL**

##### **CAPÍTULO I DA COMISSÃO ELEITORAL**

**Art. 2º** Previamente à cada eleição, o Conselho de Administração constituirá a Comissão Eleitoral, a qual se encarregará da organização e coordenação do processo eleitoral, bem como da realização dos exames dos pedidos de registro de chapas ou de candidaturas e da análise das impugnações, cujas etapas seguirão o cronograma anexo (*Anexo I*) a este regimento.

**§1º** Os nomes dos indicados para a comissão serão divulgados mediante comunicado aos associados, nos moldes do modelo anexo a este Regulamento.

**§2º** Os membros da comissão eleitoral não farão jus ao recebimento de qualquer tipo de remuneração.

**Art. 3º** A Comissão Eleitoral será constituída na última reunião do Conselho de Administração do exercício anterior à Assembleia Geral Ordinária.

**Art. 4º** A Comissão Eleitoral será composta por 3 (três) membros, todos associados, dentre os quais 1 (um) presidirá a comissão e 1 (um) secretário, para o registro dos trabalhos.

**Art. 5º** Nenhum membro da Comissão Eleitoral poderá ser candidato a cargo eletivo.

**Art. 6º** A Comissão Eleitoral apresentará à Assembleia Geral, anteriormente à votação, o relato das atividades desempenhadas, os eventuais problemas identificados, as impugnações propostas e avaliadas, bem como os recursos porventura existentes para serem deliberados pela Assembleia Geral, nos termos deste Regulamento Eleitoral.

**Art. 7º** As despesas relacionadas à locomoção, alimentação ou extraordinárias, realizadas pelos membros da comissão eleitoral, durante o exercício de suas funções, serão integralmente arcadas ou ressarcidas pela cooperativa, mediante comprovação, não tendo caráter remuneratório.

**§1º** As despesas incluem hospedagem, (quando necessário), estacionamento, alimentação durante viagens, transporte público ou privado (como táxis, aplicativos de transporte, dentre outros);

**§2º** Para reembolso das despesas, os delegados ou membros da comissão eleitoral, deverão apresentar os documentos, como notas fiscais, recibos ou tickets que comprovem o gasto, desde que devidamente justificados, limitadas as atividades vinculadas ao exercício do cargo ou participação na comissão eleitoral.

## **CAPÍTULO II DO PROCESSO ELEITORAL**

**Art. 8º** A Assembleia Geral Ordinária será convocada na forma do Estatuto Social e da legislação em vigor.

**Art. 9º** A Comissão Eleitoral posteriormente à divulgação do Edital da Assembleia Geral Ordinária, encaminhará comunicado aos associados/delegados, divulgando o calendário eleitoral, nos moldes em anexo (*Anexo III*), com todas as informações do processo eleitoral, dentre as quais:

- I. data, horário e local da votação previstos;
- II. prazo para registro de chapas/candidaturas;
- III. documentação exigida para os candidatos;
- IV. horário para entrega de documentos para o registro;

**Parágrafo único.** Para garantir a efetiva publicidade do processo eleitoral, o comunicado disposto no *caput* será afixado nas dependências da Cooperativa, também podendo ser disponibilizado no sítio eletrônico da *Cooperativa*.

## **CAPÍTULO III DAS CHAPAS PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

### **SEÇÃO I DA FORMAÇÃO**

**Art. 10º** O processo eleitoral para ocupação dos cargos do Conselho de Administração será realizado por meio do registro de chapas.



§ 1º Não haverá limite quanto ao número de chapas inscritas.

§ 2º As chapas serão compostas pelo número de candidatos para o Conselho de Administração, conforme disposto no Estatuto Social.

## **SEÇÃO II DO REGISTRO DE CHAPA**

**Art. 11.** O pedido de registro de chapa para o Conselho de Administração deverá ser encaminhado formalmente à comissão eleitoral, conforme modelo anexo ao comunicado da divulgação da eleição (*Anexo III*), no prazo de 23 (vinte e três) dias que antecedem a assembleia, conforme indicado no comunicado citado no art. 8º deste Regulamento Eleitoral.

**Art. 12.** O pedido de registro de chapa, deve ser assinado por todos os candidatos e enviado por email ou, se físico, entregue, em duas vias, à um dos Pontos de Atendimento da *Cooperativa*, devidamente acompanhado da documentação exigida para os candidatos.

§ 1º Será recusado o registro de chapas que não apresentarem os documentos exigidos no comunicado que rege o processo eleitoral.

§ 2º A *Cooperativa* manterá pessoa habilitada, em cada ponto de atendimento para atender aos interessados, prestar informações concernentes ao processo eleitoral, receber a documentação e fornecer recibos.

§ 3º Em caso do envio do pedido de registro por meio digital (e-mail), o mesmo deverá ser assinado de forma eletrônica por todos os membros, por ferramenta ou certificado digital válido de entidade credenciada pela ICP-Brasil, nos termos da legislação em vigor.

**Art. 13.** Encerrado o prazo, os pedidos de registro de chapas/candidaturas serão lavrados em termo próprio, consignando, em ordem numérica de inscrição, todas as chapas e os nomes dos candidatos, entregando-o à Diretoria Executiva.

**Art. 14.** Um candidato somente poderá fazer parte de uma das chapas concorrentes, independentemente de qual órgão estatutário ao qual estiver concorrendo.

## **CAPÍTULO IV DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA O REGISTRO DE CANDIDATURA E/OU CHAPA**

**Art. 15** Para o registro de candidatura e/ou chapa, faz-se necessário a entrega dos seguintes documentos num dos pontos de Atendimento ou Centro Administrativo do Sicoob Ceará, que seguirão os modelos anexos a este regulamento (*Anexo III*):

- I. **Requerimento de Registro da Chapa (Anexo IV)** preenchido e assinado por todos os candidatos;
- II. **Formulário Cadastral**, preenchido e assinado pelo candidato;
- III. **Declaração** de inexistência de restrições, preenchida e assinada pelo candidato;
- IV. **Curriculum Vitae**.

## **CAPÍTULO V**

### **DOS EXAMES DOS PEDIDOS DE REGISTROS DE CHAPAS/ CANDIDATOS**

**Art. 16** A Comissão Eleitoral é responsável pelo exame dos pedidos de registro de chapas/candidatos e deve realizar, no mínimo, as seguintes atividades:

- I. verificar se a documentação do pedido de registro de chapa ou de candidatura foi encaminhada no prazo fixado no comunicado no Art 8º deste Regulamento Eleitoral e na forma instruída neste Regulamento;
- II. avaliar, por meio de declaração de inexistência de restrições, assinada pelo candidato, se este possui as condições básicas para candidatura ao cargo de conselheiro.
- III. realizar as consultas e verificações indicados no Manual de Governança Corporativa, para evidência do cumprimento das exigências normativas para candidatura ao cargo de conselheiro.

**§ 1º** A Comissão Eleitoral realizará os exames dispostos neste artigo e apresentará os resultados no prazo máximo de até 15 (quinze) dias antes da Assembleia Geral Ordinária.

**§ 2º** Ao verificar que a documentação está incompleta ou apresenta falhas de formalização, o coordenador da Comissão Eleitoral notificará os representantes da chapa ou os candidatos para regularizarem a falha apontada, em até 3 (três) dias úteis contados da notificação.

**Art. 17.** Todo o processo de análise pela Comissão Eleitoral será registrado por meio de atas de reunião, formalizadas e assinadas por todos os membros da comissão.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA DIVULGAÇÃO DAS CHAPAS/ CANDIDATURAS INSCRITAS**

**Art. 18.** No prazo de até 10 (dez) dias antes da Assembleia Geral Ordinária, a Comissão Eleitoral afixará nas dependências da *Cooperativa* o Termo de Registro de Chapas/Candidaturas (*Anexo IV*).







## **CAPÍTULO VII DA IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURA**

### **SEÇÃO I DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES**

**Art. 19.** O prazo para impugnação de candidatura é de até 5 (cinco) dias úteis, contados da afixação do Termo de Registro de Chapas/Candidaturas nas dependências da *Cooperativa* (sede e PA).

**Art. 20.** A impugnação será proposta por meio de requerimento fundamentado, dirigido ao Coordenador da Comissão Eleitoral, que protocolará o requerimento e o encaminhará para análise da Comissão Eleitoral.

**Art. 21.** A Comissão Eleitoral lavrará o respectivo termo de encerramento do prazo de impugnação, consignando as impugnações propostas e destacando nominalmente os impugnantes e os candidatos impugnados.

### **SEÇÃO II DO EXAME**

**Art. 22.** A Comissão Eleitoral decidirá sobre a procedência, ou não, da impugnação, por meio da análise do requerimento protocolado e do reexame da candidatura, em até 5 (dias) corridos antes da realização da eleição.

**Art. 23.** A Comissão Eleitoral comunicará a decisão a todos os interessados e, caso a impugnação seja procedente, notificará o responsável da chapa para providenciar a substituição do candidato impugnado.

### **SEÇÃO III DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**

**Art. 24.** O candidato impugnado poderá contestar a impugnação, por meio da interposição de recurso, no prazo 1 (um) dia antes da eleição, ao Coordenador da Comissão Eleitoral, que encaminhará o recurso para análise e deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

**Art. 25.** O recurso deverá ser instruído com requerimento em duas vias, transcrevendo as razões de fato e de direito e com os devidos documentos comprobatórios.

**Art. 26.** A Assembleia Geral Ordinária, previamente à votação, julgará o recurso interposto, como última instância, e decidirá com base nos fundamentos fáticos e legais sobre o caso, permitindo ou proibindo a participação do candidato impugnado na eleição.

## **CAPÍTULO VII DA RENÚNCIA OU FALECIMENTO**

**Art. 27.** Caso ocorra renúncia de alguma candidatura individual e/ou chapa, será concedido prazo para o candidato e/ou chapa apresentar até o momento que antecede a eleição, a regularização e substituição da candidatura.

**Art. 28.** Em caso de falecimento de um candidato, a chapa poderá substituí-lo por meio de pedido formal, até antes do início da Assembleia Geral para eleição.

**Parágrafo Primeiro.** No caso da substituição mencionada no caput, a comissão realizará o exame previsto no Art. 15, para avaliação do cumprimento das exigências e condições para candidatura. Em caso de não atendimento, a Comissão abrirá prazo para o candidato regularizar a situação. Não sendo regularizada no prazo estipulado, a candidatura será revogada.

### **TÍTULO III DA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL**

#### **CAPÍTULO I DA VOTAÇÃO**

**Art. 29.** A votação poderá ser por cédula de votação ou por meio de ferramenta digital, obedecendo os seguintes trâmites:

- I. No caso de presencial, a cédula de votação apresentará a chapa e nomes dos candidatos, com opção para assinalar ou não o voto.
- II. Se por meio de ferramenta virtual, deve atender os critérios da legislação.
  - a. Mesmo que a assembleia seja presencial, a votação poderá se dar por meio da ferramenta virtual.

**Art. 30.** A votação deverá ser realizada de forma privada.

**Parágrafo único.** Quando houver a inscrição de apenas uma chapa, a Assembleia Geral poderá optar pela votação aberta.

**Art. 31.** O Presidente da Assembleia Geral nomeará um Presidente e um coordenador para compor a Banca Coletora de Votos dentre os associados presentes.

**Parágrafo único.** A critério do Presidente da Assembleia Geral, a presidência e a coordenação da Banca Coletora de Votos poderão ficar sob a responsabilidade da Comissão Eleitoral.

**Art. 32.** As Chapas poderão indicar um representante para trabalhar como fiscal dos trabalhos de eleição.

**Art. 33.** Recomenda-se que todos os candidatos deverão estar presentes no ato de abertura da votação, durante a votação e no encerramento da eleição, salvo motivo de força maior.



**Art. 34.** Nenhuma pessoa estranha à direção da Banca Coletora de Votos poderá intervir durante os trabalhos de votação.

## **CAPÍTULO II DA APURAÇÃO DOS VOTOS**

**Art. 35.** A apuração dos votos será instalada imediatamente após o encerramento da votação.

**Art. 36.** Finda a apuração, os componentes da Banca Apuradora dos Votos até o próximo dia útil, publicarão o resultado através de comunicado (Anexo IV), mencionando obrigatoriamente:

I. local, dia e hora de abertura e encerramento dos trabalhos;

II. resultado da votação, especificando:

- a) número de delegados com direito a voto;
- b) total de votos apurados;
- c) votos atribuídos a cada candidato registrado;
- d) votos em branco;
- e) votos nulos;
- f) número total de delegados que votaram;
- g) resultado geral da apuração;
- h) resumo de eventuais protestos;
- i) proclamação dos eleitos.

**Art. 37.** A fim de assegurar eventual recontagem de votos, a apuração dos votos ficará sob a guarda dos componentes da Banca Apuradora dos Votos pelo prazo de 4 (quatro) anos.

## **TÍTULO III DO PROCESSO ELEITORAL SEMIPRESENCIAL OU A DISTÂNCIA**

**Art. 38.** O processo eleitoral e de votação para preenchimento dos cargos do Conselho de Administração poderá ser realizado de forma semipresencial ou a distância, nos termos dos normativos sistêmicos e internos da *Cooperativa* e da legislação e regulamentação em vigor.

**Parágrafo único.** No caso de adoção do processo eleitoral semipresencial ou a distância, a *Cooperativa* divulgará todas as informações e detalhes no comunicado citado no art. 8º deste Regulamento.



#### **TÍTULO IV DA DECLARAÇÃO DOS ELEITOS**

**Art. 39.** Será considerada vencedora a chapa ou os candidatos que alcançar a maioria de votos válidos dos associados/delegados.

**Art. 40.** Havendo empate, serão adotados os critérios de antiguidade como associado à cooperativa e de idade, nesta ordem.

#### **TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 41.** Os casos omissos neste Regulamento, que possam impactar significativamente o processo eleitoral, deverão ser apreciados pelo Conselho de Administração e se necessário, submetidos à Assembleia Geral.

**Art. 42.** Este Regulamento foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12/11/2024 e entra em vigor na data de publicação.

  
Antônio Martins Moreira  
Presidente do Conselho de Administração